

Um ofício em transformação: a pesca artesanal contada por quem a pratica (Pelotas, RS)

A changing occupation: the artisanal fishing told by those who practice (Pelotas, RS)

Lorena Almeida Gill*

Resumo: Em nossa sociedade, com as rápidas transformações tecnológicas, cada vez mais ofícios manuais e profissões vão se tornando obsoletos, sendo modificados ou estando em vias de desaparecer. Este artigo pretende, portanto, discutir justamente estas mudanças laborais, a partir de narrativas de pescadores e pescadoras profissionais artesanais que atuam próximos à Laguna dos Patos, na região de Pelotas, RS, que tiveram suas práticas modificadas: seja pelo escasso pescado que encontram, tendo em vista, dentre outros fatores, as mudanças climáticas e a poluição ambiental, seja pela forma com que o pescado hoje é retirado da lagoa, principalmente através de barcos de grandes indústrias pesqueiras, que contam com equipamentos com refinada tecnologia exploratória. No que diz respeito às mulheres, o debate se centrará, especialmente, na longa luta que tiveram que travar para serem reconhecidas como pescadoras.

Palavras chave: ofícios; pescadores profissionais artesanais; mulheres.

Abstract: In our society, because of fast technological changes, more and more manual occupations are becoming obsolete, changing or about to disappear. This article intends to discuss these labor transformations, based on the narratives of the professional artisan fishermen and fisherwoman working around the Laguna dos Patos, in Pelotas, RS, Brazil's southernmost region. Their practices have suffered significant changes be it due to the scarcity of fish related to, among other factors, climate change and the environmental pollution, or due to the new techniques for fishery in the Lagoon, mainly by the huge fish industry ships that count with sophisticated exploratory technology. Regarding the women, the debate will mostly focus on their long struggle to be recognized as fisherwomen.

Keywords: occupations; artisanal professional fishermen; women.

* Professora Associada do Departamento de História da UFPel. Doutora em História pela PUC-RS. E-mail: lorenaalmeidagill@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4561-0094>.

Introdução

Faz dez anos que o Núcleo de Documentação Histórica (NDH) desenvolve pesquisa sobre ofícios que se transformaram ou foram extintos com o tempo, tendo em vista vários fatores, dentre eles, o desenvolvimento tecnológico. O estudo, que se iniciou após um congresso de História Oral, na Argentina, procurava aproximações entre dois grupos de pesquisa, de duas universidades, Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e Universidade de Buenos Aires (UBA), e tinha como referência o mundo dos trabalhadores. Em Pelotas, o trabalho foi encabeçado pela professora Beatriz Loner, coordenadora, à época, do NDH.¹ Os objetivos mais gerais do estudo têm sido analisar como os trabalhadores se colocam frente a um mundo globalizado, que tende a fazer com que muitas profissões desapareçam, além de perceber as diversas mudanças na legislação trabalhista com o passar do tempo.

As primeiras incursões do grupo brasileiro, logo após o início do projeto, foram feitas em pequenas² cidades do Rio Grande do Sul, como Jaguarão, que fica na fronteira entre o Brasil e o Uruguai, sendo visitados, posteriormente, municípios como Piratini e Santana do Livramento, além de Pelotas. A metodologia utilizada nesse momento inicial foi a história oral, a qual será debatida em seguida. O primeiro grupo de narradores foram os benzedores.³

Passada uma década, não se sabe ao certo quando o projeto será finalizado, pois há ofícios⁴ e profissões⁵ que não tinham sido pensados em seu início e que agora merecem um olhar mais atento.

O portal de emprego Career Cast,⁶ por exemplo, publicou uma pesquisa, amplamente divulgada pela internet, para o ano de 2014, na qual listava algumas profissões ameaçadas de extinção nos Estados Unidos. O estudo se baseou na média do salário anual dos trabalhadores, bem como na perspectiva de contratação até o

¹ Na UBA, a interlocução se deu com o professor Pablo Pozzi, ainda que o projeto em conjunto não tenha se concretizado.

² São usados os seguintes parâmetros na análise das cidades: as pequenas teriam até 100 mil habitantes; as médias de 101 a 500 mil; já as grandes, acima de 500 mil habitantes.

³ Sobre o tema, está sendo publicado um artigo, neste ano, na Revista Tempos Históricos, de minha autoria e de Eduarda Borges da Silva, que tem como título "O cuidado com os outros: a benzedura no sul do Brasil".

⁴ Ofício é pensado no contexto de uma referência identitária e também, muitas vezes, como um trabalho feito de forma independente, ainda que seja cada vez mais difícil que uma tarefa se mantenha independente. TOMASI, Antônio; SILVA, Ivone. Ofícios de ontem e ofícios de hoje: ruptura ou continuidade. In: **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**. 2007. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=601&Itemid=171. Acesso em: 10 jun. 2019.

⁵ Profissão é vista como uma prática que requer formação especializada e técnica definida. DUBAR, Claude. **Construção das Identidades Sociais e Profissionais**. Porto: Porto Editora, 1997.

⁶ Disponível em: <https://exame.abril.com.br/carreira/confira-as-10-profissoes-mais-ameacadas-de-extincao/>. Acesso em: 7 jul. 2019.

ano de 2022. A extinção estaria relacionada a profissões como: carteiro; agricultor/trabalhador do campo; leitor de medidor; agente de viagens; lenhador; comissário de bordo; operador de furadeira; atendente de impressão/trabalhador de impressão gráfica; inspetor tributário/coletor de impostos. Já outra pesquisa, vinculada à Universidade de Oxford, procurou buscar dados sobre a Europa e não chegou a resultados muito diferentes, ou seja, as profissões que sofriam maiores riscos seriam: operador de telemarketing; contador; motorista de caminhão; condutor de trem e metrô; taxista; arquivista; carteiro; agricultor; repórter de jornal impresso e funcionário de gráfica.⁷ Para as duas investigações, há um componente importante marcado pela tecnologia, ou seja, nas profissões em que a máquina conseguir realizar o trabalho das pessoas, maior será a modificação efetuada até a sua extinção. Segundo Aued: “Entre a extinção de uma profissão e a emergência de outra, percebemos o (im)+pacto das inovações tecnológicas que conformam e redefinem o social”.⁸

Para a mesma autora:

Os profissionais de ofícios que por sua própria natureza, em momentos históricos muito remotos, nadavam no remanso de águas serenas, hoje, ao contrário, nadam em águas tempestuosas. Muito mais do que ontem, o personagem social visto na ótica profissional manifesta-se em obsolescência ou em vias de extinção. O desemprego põe a nu essa forma que extingue ofícios, profissões e seres humanos.⁹

Quando iniciada a pesquisa, alguns ofícios e profissões faziam parte da lista inicial, tendo sido analisados com maior cuidado em trabalhos finais dos cursos de licenciatura ou de bacharelado em História e também em dissertações e teses desenvolvidas na UFPel e em outras universidades, como o caso dos sapateiros,¹⁰ alfaiates,¹¹ relojoeiros¹² e tecelãs.¹³

No que tange ao marco temporal, o estudo se relaciona à história do tempo presente, já que os pesquisadores e os narradores são contemporâneos. Segundo Carlos Fico, a história do tempo presente se vincula:

⁷ Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/carreira/conheca-as-profissoes-que-correm-o-risco-de-extincao-ate-2025>. Acesso em: 23 jun. 2019.

⁸ AUED, Bernardete Wrublewski. Profissões no passado, profissões no futuro (personagens sociais em tempos de transição). *Revista de Ciências Humanas*, v. 15, n. 22, p. 16, 1997.

⁹ Ibidem, p. 11.

¹⁰ SCHEER, Micaele. **Vestígios de um ofício**: o setor calçadista e as experiências de seus trabalhadores na cidade de Pelotas (1940-2014). Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2015.

¹¹ VASCONCELLOS, Marcielle Agosta. **À moda dos alfaiates**: nuances de um ofício artesanal na cidade de Pelotas, nas décadas de 1940 e 1950. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

¹² LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena. Relojoeiros: análise de uma profissão em dois tempos. *Revista Taller Segunda Época*, v. 3, p. 38-55, 2014.

¹³ SILVA, Eduarda. Tramando direitos: as operárias da Fiação e Tecidos Pelotense e seus processos judiciais (1944-1954). *Aedos*, Porto Alegre, v. 7, n. 17, p. 41-58, dez. 2015.

à possibilidade desse conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que busca narrar e/ou explicar. Trata-se, talvez, da única particularidade que verdadeiramente distingue essa especialidade das demais, embora muitos autores tenham tentado destacar outras singularidades do ponto de vista metodológico ou mesmo teórico.¹⁴

A pesquisa tem como recorte geográfico a base do Sindicato dos Pescadores de Pelotas, composta, principalmente, por pescadores da colônia São Pedro ou Z3, que se localiza à margem oeste da Laguna dos Patos. As colônias de pesca no Brasil foram criadas em 1912, através da Lei 2.544, e a colônia Z3 acabou sendo construída no ano de 1921. O sindicato inclui ainda os pescadores dos balneários (Santo Antônio, Valverde e dos Prazeres) da Balsa, das Doquinhas e da Barra de Pelotas.

Segundo dados do censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a Colônia Z3 possui 3.166 habitantes e concentra a maior parte dos 1.326 pescadores profissionais artesanais, cadastrados e em situação regular no Registro Geral da Pesca do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA, 2012) para o município de Pelotas. Em estudo publicado pela FAO em 2012 foi constatado que pelo menos 30% dos pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos são mulheres.¹⁵

Interessam, no estudo, as trajetórias de vida relacionadas ao mundo laboral, especialmente aquelas que estão se modificando rapidamente pelos avanços tecnológicos. Algumas vezes se tem a ideia de que um ofício está em vias de extinção; em outras se percebe que está sendo modificado. É possível se utilizar dois exemplos de profissões, neste caso. Quando foram realizadas entrevistas com relojoeiros,¹⁶ vários deles revelaram que precisariam fechar as portas dos seus negócios, pois não tinham mais clientes. Um deles, no entanto, afirmou que o número de pessoas que o procura continua sendo significativo, já que ele se especializou em consertar relógios antigos e estes possuem um mercado promissor. Com relação aos sapateiros,¹⁷ por exemplo, os que estão em processo de extinção acelerada são aqueles que fabricam todo o calçado, mas os chamados remendões continuam ainda presentes no cotidiano das cidades.

¹⁴ FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 44, jan./jun. 2012.

¹⁵ HELLEBRANDT, Luceni; RIAL, Carmen; LEITÃO, Maria do Rosário. Pesca e gênero: reconhecimento legal e organização das mulheres na “Colônia Z3” (Pelotas/RS-Brasil). **Vivência: Revista de Antropologia**, n. 47, p. 125, 2016.

¹⁶ Foi publicado um artigo pela Beatriz Loner e por mim sobre a temática na Revista Taller, Argentina, no ano de 2014. LONER; GILL, op. cit.

¹⁷ SCHEER, Micaele. Sapateiros pelotenses: reflexões a partir das memórias dos mestres sapateiros. *In*: GILL, Lorena; SCHEER, Micaele (orgs.). **À beira da extinção**: memórias de trabalhadores cujos ofícios estão em vias de desaparecer. Pelotas: Editora da UFPel, 2015. p. 87-100.

A pesquisa tem se apoiado em duas metodologias principais: a análise documental¹⁸ em processos da Justiça do Trabalho e a construção de fontes orais. Para este artigo, no entanto, será utilizada apenas a metodologia da história oral, através de autores como Meihy e Holanda,¹⁹ Delgado²⁰ e Alberti.²¹

As lembranças abordadas nas falas remetem à memória coletiva,²² já que os pescadores e pescadoras lembram a partir das vivências e experiências constituídas, prioritariamente, dentro de grupos sociais, como a família. Também podem ser pensadas através do que Candau chama de memória propriamente dita ou de alto nível, ou seja, trata-se da “evocação deliberada ou invocação involuntária de lembranças autobiográficas ou pertencentes a uma memória enciclopédica (saberes, crenças, sensações, sentimentos etc.)”.²³

A história oral é vista em sua vertente temática, uma vez que são abordadas, através de um roteiro básico de perguntas, questões que envolvem a trajetória profissional dos pescadores e pescadoras profissionais artesanais de Pelotas-RS, cuja prática está sendo modificada por vários fatores, dentre eles a redução do pescado em lagoas existentes na região tendo em vista mudanças climáticas, poluição ambiental e também a atuação de empresas pesqueiras na atividade que tiram o protagonismo dos pequenos produtores. As narrativas se relacionam ainda ao que Alberti²⁴ chama de história das experiências.

Foram encontrados alguns estudos sobre a pesca artesanal, podendo ser citados autores como Flávio Sacco dos Anjos,²⁵ Maria Leitão,²⁶ Luceni Hellenbrandt, Carmen Rial e Maria Leitão,²⁷ Vera Silva e Maria Leitão.²⁸ O primeiro autor foi

¹⁸ Para a pesquisa documental, há o amparo em autores como André Cellard (2010), a partir do qual é observado o acervo da Justiça do Trabalho, composto por mais de 102 mil processos trabalhistas que abarcam o período de 1936 a 1995. Toda essa documentação está salvaguardada pelo Núcleo de Documentação Histórica da UFPel desde o ano de 2006, através de um acordo de comodato realizado com o Memorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et. al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 295-316.

¹⁹ MEIHY, José; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

²⁰ DELGADO, Lucília. História Oral e Narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, v. 6, p. 9-25, 2003.

²¹ ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

²² HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

²³ CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 23.

²⁴ ALBERTI, op. cit.

²⁵ SACCO DOS ANJOS, Flávio. **A agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: Editora da UFPel, 2003.

²⁶ LEITÃO, Maria. Gênero, pesca e cidadania. **Amazônica: Revista de Antropologia**, v. 5, p. 98-115, 2013.

²⁷ HELLEBRANDT; RIAL; LEITÃO, op. cit.

²⁸ SILVA, Vera; LEITÃO, Maria. **A regulamentação jurídica da Pesca Artesanal no Brasil e o problema do reconhecimento do trabalho profissional das pescadoras**. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/230/103>. Acesso em: 10 jul. 2019.

utilizado tendo em vista possuir vários estudos sobre pescadores da colônia Z-3, já as demais por enfocarem, especialmente, as mulheres pescadoras e as lutas que empreenderam pelo reconhecimento legal.

Neste artigo, serão apresentadas as entrevistas de cinco pessoas; dois homens: José Luís Queirós,²⁹ considerado como um pescador urbano – já que mora no Balneário dos Prazeres (conhecido como Barro Duro) –, e Nilmar Conceição,³⁰ atual presidente do Sindicato dos Pescadores de Pelotas; e três mulheres: Céres Queirós,³¹ companheira de José Luís e protetora de animais, Flávia Pinto,³² que se relaciona com a produção de artesanato, e Adriana Chagas,³³ reconhecida como uma das lideranças da comunidade e também como uma pescadora embarcada.³⁴ A preferência na constituição da chamada rede³⁵ era por mulheres pescadoras, mas na entrevista com Céres, José se mostrou interessado em também contar sua trajetória. De outro modo, como as mulheres enfatizaram o papel do sindicato para a organização do grupo, foi construída a possibilidade de que o presidente da entidade, Nilmar, contasse sobre a história da entidade e de suas lutas. A avaliação é a de que as entrevistas realizadas com os pescadores permitiram também problematizar as questões levantadas nas narrativas das mulheres, especialmente com relação ao reconhecimento legal.

Por pescadores artesanais³⁶ tradicionais se compreende pessoas que vivem da pesca e que aprenderam suas funções, na maioria das vezes, com membros familiares, através das experiências vivenciadas cotidianamente. Segundo Tomasi e Silva, o ofício é “o encontro de habilidades técnicas, intelectuais e manuais associadas a uma experiência”.³⁷

²⁹ Entrevista realizada com José Luís Queirós, no dia 3 de agosto de 2016, na casa dele, no Balneário dos Prazeres. Entrevistadoras: Lorena Almeida Gill e Caroline Duarte Matoso. Acervo do Laboratório de História Oral – NDH/UFPel.

³⁰ Entrevista realizada com Nilton Conceição, no dia 1º de julho de 2019, no Sindicato dos Pescadores de Pelotas. Entrevistadores: Lorena Almeida Gill e Paulo Koschier. Acervo do Laboratório de História Oral – NDH/UFPel.

³¹ Entrevista realizada com Céres Cristina Abreu Queirós, no dia 3 de agosto de 2016, na casa dela, no Balneário dos Prazeres, mais conhecido como Barro Duro. Entrevistadoras: Lorena Almeida Gill e Caroline Duarte Matoso. Acervo do Laboratório de História Oral – NDH/UFPel.

³² Entrevista realizada com Flávia Silveira Pinto, no dia 18 de julho de 2016, no Mercado Público de Pelotas. Entrevistadoras: Lorena Almeida Gill e Caroline Duarte Matoso. Acervo do Laboratório de História Oral – NDH/UFPel.

³³ Entrevista realizada com Adriana Chagas, no dia 10 de julho de 2019, no Sindicato dos Pescadores da Colônia Z3. Entrevistadores: Lorena Almeida Gill e Paulo Koschier. Acervo do Laboratório de História Oral – NDH/UFPel.

³⁴ Segundo Gerber, pescadoras embarcadas na pesca artesanal são aquelas “que trabalham em embarcações pequenas, entre três e nove metros de comprimento, se deslocando ao mar e retornando à terra diariamente em períodos que oscilam de três a dezesseis horas, dependendo se trabalham com peixes, camarão, siri, berbigão”. GERBER, Rosa. **Mulheres e o mar: uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no litoral de Santa Catarina, Brasil**. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. p. 4.

³⁵ Para a metodologia da História Oral, a rede é o grupo que deverá ser entrevistado para o projeto.

³⁶ A pesca artesanal foi reconhecida pelo Código da Pesca no ano de 1967.

³⁷ TOMASI; SILVA, op. cit., p. 6.

A partir da legislação vigente (Lei 11.959/2009), a pesca comercial artesanal “é aquela praticada por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado ou podendo utilizar embarcações”.³⁸ No conceito de pesca artesanal são incluídos ainda a confecção e os reparos em equipamentos para a pesca, como redes e embarcações, além do processamento do pescado.³⁹

Os pescadores artesanais

José Luís nasceu no dia 25 de setembro de 1969, na colônia Osório, zona rural de Pelotas. Os pais eram agricultores e decidiram morar próximo à laguna quando ele tinha dois anos de idade. Ocorre que um irmão de José adoeceu e os pais tiveram que vender tudo que tinham para salvá-lo, conforme o que conta. Como o pai já conhecia o local, pois vendia hortaliças na região, foi morar com a família no Barro Duro.

José, portanto, não faz parte de uma família de pescadores, como costuma acontecer. Dos cinco irmãos, apenas ele está vinculado à pesca.

Nós morávamos na beira da praia, ali, e eu achei um barquinho bem pequenininho; comecei a andar na praia, e aí um senhor que tinha ali perto de casa me deu uma rede, e aí eu inventei de botar na praia, e aquilo foi indo, foi indo, fiz outra rede, outra rede, e foi indo, né? E aí comecei a pescar e tô até hoje aí.⁴⁰

José Luís, um autodidata, é enfático ao afirmar como a pescaria se modificou a partir do desenvolvimento tecnológico:

Hoje o sonar tomou conta, naquele tempo o cara tinha que adivinhar onde tava o peixe, hoje não, o sonar vem em cima e mostra tá aqui ó!. Então hoje qualquer barco aí tem um sonar, eu não tenho, mas a maioria tem... Então, o que acontece, eu vou ir na lagoa, mexo no sonar ali, tá pronto! Já tô vendo o peixe, a quantidade, tamanho, tudo. É pronta a pescaria. Naquela época, não, o cara tinha que adivinhar aonde é que tava a pescaria, tinha que procurar, por isso que eu digo, hoje tá muito mais avançado. Os barcos, as redes, tudo é melhor, bá, naquela época não tinha nem comparação, nós íamos com umas redes velhas, toda rasgadas e pegava bastante, hoje as redes estão bem melhor.

Para ele sem o sonar, o que resta é o conhecimento. A partir dessa narrativa, José dá uma aula sobre a atividade de captura. No que diz respeito à tainha, por

³⁸ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Cartilha Pesca Artesanal Legal**. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/artigos/docs_artigos/008_17_cartilha_pesca_legal_publicacao_biblioteca_digital-compressed11.pdf. Acesso em: 7 jul. 2019.

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ Nas transcrições foi mantida a fala coloquial, fruto de uma construção da narrativa baseada na oralidade.

exemplo, assim comenta: “quando ela pula, ela não malha, então quando ela vira, ela vem assim e torce a cola em cima da água, faz aquele redemoinho, pronto, ali dá pra ver que tá ali o peixe”. Revela, ainda, que a lua cheia é boa para a pesca de linguado: “Porque a lua clara, o linguado vem, porque ele enxerga o peixinho miudinho pra comer, ele come muito peixe-rei, ele é predador, então ele enxerga por causa que a lua é clarinha, brilha na água, então o peixe enxerga pra pegar”.

Sobre mulheres pescadoras embarcadas, José diz conhecer umas “três ou quatro apenas”. De acordo com ele, tem que gostar da atividade da pesca, pois tem momentos bons, mas alguns muito ruins, sobretudo aqueles relacionados a eventos da natureza, como ventos fortes, temporal, chuva de pedra.

No que diz respeito à extinção ou não do ofício, José Luís diz perceber até mesmo um maior número de pescadores. Talvez tal questão se relacione ao fato dele morar no Barro Duro, um local em que mais pessoas acabam optando pela pesca quando há alguma dificuldade em ocupar outras funções no mundo do trabalho. José é chamado de pescador urbano, diferente daquele que mora na colônia Z3, um distrito rural do município de Pelotas.

O segundo pescador entrevistado foi Nilmar Conceição. Ele tem 57 anos e atualmente é presidente do sindicato. Seus pais também eram pescadores, assim como seus irmãos. Ele foi enfático ao abordar a tradição familiar do ofício:

Eu lembro de com cinco anos já saber o que era pescaria. A grande maioria dos meninos aqui... com dez anos eu já tava pescando mesmo. Com cinco anos tu já tá inserido. O pai não gostava de levar, mas aí tinha os tios, meu pai faleceu cedo e aí eu acabei... eu também fui mais cedo por necessidade, tinha uma família de muitos irmãos, e minha mãe ficou viúva, aí a gente teve que ir mais cedo. Mas dez anos, dez anos já tava... até porque não tinha uma escola naquela época, estudava aí, os cinco, seis, sete, oito, nove anos, aí ficava aí na volta, então... alguns foram pescar, inclusive a grande maioria dos pescadores aqui da comunidade tem documentos, encaminharam documentos com quatorze, dezesseis anos. Hoje estão aposentados, a grande maioria, por terem tirado aquele documento bem antigo, junto à Marinha. Então é toda uma descendência.

Em sua fala demonstra muito conhecimento sobre a situação dos pescadores e das pescadoras na região, tendo em vista representá-los há quinze anos, ao ocupar diferentes cargos na diretoria do sindicato.

No que diz respeito à direção do sindicato, quando perguntado sobre quantas mulheres fazem parte do grupo atual, afirmou que nenhuma. Segundo ele, costumavam ter duas nas gestões anteriores, mas, no momento, por falta de tempo, possuem apenas duas funcionárias mulheres: uma esposa de pescador e outra filha. É possível que a dificuldade que tenham tido (e ainda possuem) de serem

reconhecidas como pescadoras afete também a participação delas no sindicato, refletindo as relações sociais de gênero que foram se constituindo historicamente.

De todo modo, Nilmar é veemente ao abordar a importância do reconhecimento da mulher como pescadora, o que foi feito dentro de um contexto da economia familiar. Para ele, o trabalho do homem consiste em capturar o peixe, já o da mulher é mais amplo, pois elas limpam o pescado, pintam as embarcações, consertam as redes.

Relata também a existência de algumas políticas públicas relacionadas mais diretamente às mulheres, lembrando de cursos de capacitação promovidos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-RS); do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf-Pesca), que foi acessado por algumas pescadoras; e da construção de 450 casas para a comunidade. No que se relaciona a esta última conquista, assim afirma:

E isso foi trabalho, pode botar na conta das mulheres, foram elas que foram pra frente da Caixa Econômica, foram pras reuniões, enfim, foram procurar documentos, fizeram levantamento socioeconômico da comunidade; uma coisa muito relevante foi o documento da terra, do terreno, que é da entidade, é dessa entidade aqui. E isso foi o que elevou muito pra nós conseguirmos. Então assim ó, as mulheres são...

A narrativa de Nilmar reforça as dificuldades que as pescadoras possuem em serem reconhecidas, tarefa que precisa ser driblada com luta. “O trabalho produtivo e reprodutivo realizado pelas pescadoras sofre esquecimento quando da elaboração de políticas públicas para esse setor, pois as exigências para o acesso às políticas não consideram suas especificidades, reproduzindo as relações sociais de gênero”.⁴¹

Quando questionado sobre as transformações no ofício, reforça que, além de mudanças, há uma extinção revelada pela diminuição a olhos vistos do número de pescadores. Cita, para ratificar sua posição, que quando iniciou as atividades sindicais eram cerca de 1.200 sócios, mas hoje não ultrapassam 700. Para ele, poderia haver alguns não sindicalizados, mas são poucos, já que não conseguiriam acessar o pagamento do defeso, cujos documentos são encaminhados pela entidade.

Um aspecto interessante de sua fala diz respeito à existência de mestres dentro da comunidade, visto por ele como um dom.

Tem as pessoas que ensinam, tem as pessoas que têm experiência, tem as pessoas que sabem que vai chover antes da internet, tem pessoas que sabem que vai dar camarão ano que vem, tem pessoas que dizem pra nós não investir porque não vai dar, ou vice-versa, agora não me pergunta como, por causa que eu não tenho esse dom.

⁴¹ MELO, Maria de Fátima; LIMA, Daisyvângela; STADTLER, Hulda. O trabalho das pescadoras artesanais: “coisa de mulher”. **Anais do XX Congresso Brasileiro de Economia Doméstica**, 2009, p. 6. Disponível em: http://www.xxced.ufc.br/arqs/gt1/gt1_36.pdf. Acesso em: 15 abr. 2019.

Dom, neste artigo, é abordado na perspectiva desenvolvida por Caillé para quem se trata de “toda a prestação de serviços ou de bens efetuada sem garantia de retribuição, com o intuito de criar, manter ou reconstituir o vínculo social”.⁴²

As falas de José Luís e Nilmar abordaram, principalmente, a prática da pesca, mas permitiram também que se pensasse sobre a situação das mulheres nessa atividade, já que a pesca continua se constituindo como um universo marcadamente masculino.

As pescadoras e a dificuldade em serem reconhecidas

As mulheres tiveram dificuldades para serem reconhecidas como pescadoras, assim como em muitas outras atividades relacionadas ao mundo do trabalho. Segundo Silva e Leitão: “Somente com a admissão das mulheres na Marinha, a partir da Lei n.º 6.807, de 1980, foram conferidos registros de pesca a poucas mulheres que trabalhavam de forma autônoma na pesca artesanal, embarcadas”.⁴³ Com a legislação da economia familiar, no ano de 2003, o reconhecimento foi ampliado, já que foi considerada pescadora a mulher que vivesse em uma família em que esta atividade fosse preponderante. As atividades da pós-captura, ou seja, do beneficiamento do pescado, muitas vezes executado pela mulher, acabaram sendo consideradas também como uma prática pesqueira, o que facilitou o reconhecimento das mulheres como pescadoras.

Esse reconhecimento não exclui problemas que as mulheres venham tendo que enfrentar para ter acesso, por exemplo, ao seguro-defeso. Há um período⁴⁴ do ano em que pescadores e pescadoras não podem pescar, tendo em vista a necessidade de reprodução dos peixes. Para compensar o tempo em que não conseguem exercer o ofício, o governo brasileiro paga um seguro ao pescador/pescadora profissional registrado em um valor equivalente a um salário mínimo por mês.

Para se pensar sobre as mulheres na pesca, serão analisadas três narrativas de pescadoras profissionais, isto é, mulheres que possuem o registro geral da atividade pesqueira (RGP) para o exercício do ofício: Céres, Flávia e Adriana.

Céres Cristina Abreu Queirós nasceu no dia 18 de janeiro de 1974 na cidade de Pelotas. A mãe era enfermeira e o pai, ela não conheceu. Casada há 26 anos com José Luís, Céres começou a trabalhar na pesca tão logo conheceu seu companheiro.

⁴² CAILLÉ, Alain. **Antropologia do dom**. O terceiro paradigma. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 142.

⁴³ SILVA; LEITÃO, op. cit., p. 25.

⁴⁴ “Defeso consiste na proibição temporária da pesca para a preservação da espécie, “tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentes” (art. 2º, XIX, da Lei da Pesca)”, conforme Cartilha Pesca Artesanal Legal, na página 12. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, op. cit. As definições ainda levam em consideração a Instrução Normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) N.º 201, de 22 de outubro de 2008, e a Portaria, também do Ibama, N.º 48, de 25 de setembro de 2007.

Segundo ela: “Naquela época a gente não tinha barco a motor, a gente ia a remo. Aquela época tinha peixe, era muito mais fácil. Não tinham tantos pescadores. Não tinha a troia⁴⁵ que acaba com as pescarias. O que está acabando com tudo são os maiores que estão acabando com tudo, com aquelas redes de arrastão que não pode porque é proibido. Mas com os grandes sempre podem tudo, não é?”.

Céres conta sobre as dificuldades do início:

Então na época a gente pescava com barco a remo. Eram 5 horas a remo. A gente saía às 13 horas e chegava às 18 na ilha. [...] Aí a gente trabalhava no meio das lagoas, porque lá tem duas lagoas grandes e a gente ficava lá até de madrugada. Aí depois de madrugada a gente vinha para o acampamento, não é? Arrumava as coisas. A gente não tinha barraca. Aí a gente lavava o barco e enquanto o barco secava a gente fazia comida de chão.

Ela enfatiza que o início da atividade foi muito desgastante, pois a infraestrutura que possuíam era precária. Hoje, embora exista uma menor quantidade de peixes disponíveis aos pescadores artesanais, segundo ela, o produto vale mais, especialmente para aqueles que vendem filé de peixe.

De todo modo, o trabalho só tem resultado se o próprio pescador conseguir comercializar seu produto. O pescador, via de regra, precisa entregar os peixes capturados para os salgueiros, que possuem os galpões e vendem direto para as grandes indústrias. O que mais ganha, segundo Céres, é o salgueiro, cuja única função é aguardar o barco chegar e intermediar valores de compra e venda.

Ela tem dois filhos, os quais desde cedo participaram junto nas pescarias. Camila, que hoje possui 24 anos, esteve com eles na lagoa desde os quatro meses; Crigor, atualmente com 19 anos, também iniciou cedo e continua com o ofício.

Em alguns momentos, a pescaria pode durar vários dias, de acordo com o que conseguem capturar. Na lagoa, segundo ela, todos são responsáveis pelos afazeres, o que acaba se reproduzindo na casa, cotidianamente, através de uma divisão de tarefas mais justa.

Sobre a manutenção da pesca atualmente, ela diz que os pescadores possuem dificuldade em se vincular apenas a essa tarefa. Tal questão se relaciona ao conceito de pluriatividade abordado por Sacco dos Anjos. Segundo o autor: “Trata-se de um fenômeno no qual os componentes da unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter alguma remuneração pelas mesmas, que tanto podem desenvolver-se no interior ou no exterior da própria exploração”.⁴⁶

⁴⁵ Grande rede de pesca.

⁴⁶ SACCO DOS ANJOS, op. cit., p. 90.

Retomando a narrativa, para Cérés, quando há uma boa safra de camarão ou de tainha, por exemplo, conseguem guardar recursos que proporcionam a manutenção da família durante vários meses, mas essa não tem sido a realidade dos últimos tempos. Para ajudar nas despesas da casa, ela cozinha, preparando bolinhos de peixe e outros pratos, que vende para pessoas que conhece.

Outra questão importante na vida de Cérés, e que se relaciona ao cuidado com o meio ambiente, é a sua trajetória de engajamento na luta pelo cuidado dos animais. Dessa forma, resgata e cuida de dezenas de gatos e cachorros, sendo uma referência não só no Barro Duro como na cidade de Pelotas.

A segunda entrevista que será apresentada aconteceu com Flávia Silveira Pinto, nascida em 24 de setembro de 1973. A mãe de Flávia era dona de casa e seu pai, segundo ela, tinha uma profissão hoje praticamente extinta, uma vez que era matador de boi do frigorífico Anglo.

Flávia é casada com um pescador e mora há 28 anos na colônia Z3. Logo no início da entrevista, refletindo sobre o que mudou no ofício, assim diz: “As coisas hoje em dia estão muito modernas. Aquele pescador antigo, que ia pro mar e colocava a rede na água e esperava, hoje em dia não existe mais. Hoje em dia tem sonar e radar que o pescador só coloca a rede onde tá o peixe”.

Flávia diz que houve um tempo que faziam pescas e retornavam com os barcos cheios, mas que isso não acontece mais.

Acho que esses barcos que vêm de fora também, não é? A competição com o pequeno é muito... O arco que arrasta aí toneladas de peixe em uma hora não se compara com um homem, com um serviço braçal, que vai colher uma rede. Não tem como competir com os grandes. Infelizmente os pequenos vão sempre sair prejudicados nessa briga. A gente vendia peixe, gurias, para vocês terem uma ideia, a dois reais, a um e cinquenta... . E aí, tu chega aqui na pescaria e tem peixe para vender por vinte e cinco reais. Inclusive, isso aí não estimula.

Sobre o futuro da pesca, Flávia, que hoje atua como artesã, não é muito otimista. Ela diz que tem dois filhos e que ambos não seguirão a profissão dos pais. “E eu prefiro que eles não sigam porque eu acho muito sofrimento pra pouca coisa, não é? Hoje em dia, um pescador de 40 anos aí é uma pessoa com a aparência de 60 anos. É uma pessoa judiada, tu pega sol o dia inteiro, pega frio o dia inteiro.”

Flávia, ao contrário de Cérés, buscou novas formas de sustento depois do nascimento do primeiro filho. “Daí a gente tem escola, né? Tem tudo, não dá para ir acompanhar eles como eles iam, ficavam uma semana no mar, quinze dias em alto-mar, não dá mais para fazer. Aí a gente queria uma alternativa e a gente foi indo e conheceu o artesanato”.

O artesanato que faz se relaciona ao que pode ser reciclado com a pesca. “Um pequeno grupo de mães foi se formando, começamos a trabalhar com reciclagens, aí um dia a gente conheceu uma moça da Emater que trabalhava com escama de peixe, daí a gente ficou maravilhada.” Com o tempo, começaram a trabalhar também com as redes e ficaram conhecidas como rendeiras.

O grupo é formado por nove mulheres, todas filhas de pescadores, que desenvolvem, através do artesanato, aquilo que mais gostam. “Hoje tem uma que costura, uma que tece o tear; a gente tem as da biojoia, que fazem as joias das escamas; a gente tem a do couro.” Revela que, algumas vezes, consegue ter uma renda próxima a que o marido obtém com as pescarias, especialmente quando realizam feiras. “Quando a gente foi pra Parati, quando a gente vendeu um monte, a nossa renda foi assim bem superior a dois, três meses de renda do marido da gente. Então, quando tem uma feira, a gente quer abraçar essa feira pra poder ganhar, né?”.

De todo modo, diz que não possuem um reconhecimento do trabalho tão grande na cidade de Pelotas quanto aquele obtido em outras regiões do Brasil (vendem em Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro) ou até mesmo no exterior, já que têm exportado para a França, por exemplo.

Flávia afirma que, tendo em vista as feiras que realiza para mostrar os produtos e fazer novos negócios, faz viagens frequentes, quando tem que ficar vários dias afastada de casa. Tal situação modificou as relações na casa, pois todos tiveram que realizar as tarefas cotidianas.

A última mulher entrevistada foi Adriana Chagas, nascida em 28 de junho de 1970. Ela mora na colônia Z3 há 49 anos e foi indicada como uma das pescadoras embarcadas existentes na região, mas no decorrer da conversa revelou que atualmente não costuma mais ir ao mar. Seu pai era pescador e sua mãe era do lar, ainda que tivesse todos os vínculos com a pescaria, como a limpeza do peixe, o remendo de redes e assim por diante. Adriana afirma, portanto, que a mãe era uma pescadora, ainda que não fosse reconhecida.

Casada com um pescador, tem dois filhos: o mais velho se dedica à atividade pesqueira e o mais novo é servente de pedreiro. Segundo ela, a atuação na pesca começou em 1992, uma vez que antes trabalhava no comércio como atendente e escriturária. Após o casamento com um pescador e, tendo em vista que possuía toda a família vinculada à mesma atividade, acabou migrando para a pesca, momento em que buscou o seu registro. No início, passou três anos pescando na Lagoa Mirim na função de proeira,⁴⁷ e que, segundo ela, hoje se constitui em um contrato de

⁴⁷ Proeira é uma tripulante da embarcação, que auxilia no seu manejo.

parceria. Após esse período, começou a atuar mais junto à safra do camarão, tendo sofrido problemas em sua coluna em função da atividade.

Sobre as dificuldades do momento atual, diz que há muito esforço na pesca, com a diminuição de cardumes, além de pessoas que se autodenominam vinculadas à atividade, embora de fato não o sejam. Adriana afirma que talvez a legislação das 12 milhas,⁴⁸ que proíbe embarcações de Santa Catarina de arrastar na costa do Rio Grande do Sul, possa trazer um novo alento à comunidade. Revela que uma mudança já foi sentida, pois neste ano acabou entrando garoupa na Lagoa dos Patos, o que não acontecia faz muito tempo.

No que diz respeito à renda mensal dos pescadores, revela que:

Fora o defeso, em uma safra boa dá para ganhar um dinheiro bom. Dá para ganhar assim uns dois mil e quinhentos reais dá, mas é que assim, no momento não tem como. É uma crise que vem se arrastando faz um tempo. Deu camarão faz o que, no ano retrasado deu camarão, mas dizer que o pescador conseguiu pagar conta, a gente não pagou, pois a conta era tanta... [...]. Tu pode pegar qualquer pescador hoje e aí tenho certeza que qualquer um não consegue tirar quinhentos, seiscentos reais.

Embora presente em todas as falas, é na narrativa de Adriana que ficam mais explicitadas as condições de precariedade do ofício de pescador/pescadora. A precariedade não se dá apenas no aspecto salarial, enfatizada por ela, mas também em uma perspectiva de uma continuidade de perdas, que gera insegurança quanto ao futuro e uma fragilidade de direitos. Segundo Carvalho: “Concretamente, homens trabalhadores e mulheres trabalhadoras vivenciam a precarização laboral e a precarização da própria existência, comprometendo a saúde, a perspectiva de vida e a inserção na totalidade das relações sociais”.⁴⁹

Adriana é presidente da associação dos feirantes⁵⁰ e atua no bairro Guabiroba há 18 anos. Ressalta que o ano de 2019 foi muito ruim também para o comércio, pois os pescadores não tiveram nenhuma boa safra: tainha, camarão, bagre, tendo que buscar peixe de Rio Grande para revender. O lucro, portanto, foi insignificante.

O trabalho da pescadora é visto por ela como bastante intenso, já que confecciona e remenda as redes, limpa o peixe, prepara os filés, vende, congela, desenforma e

⁴⁸ Trata-se da Lei 15.223, publicada pelo Estado do Rio Grande do Sul, que institui a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca, definindo, dentre outras questões, que a pesca de arrasto de fundo só pode ser realizada além de 12 milhas náuticas. **Lei n.º 15.223, de 5 de setembro de 2018**. Disponível em: <http://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-15223-2018-rio-grande-do-sul-institui-a-politica-estadual-de-desenvolvimento-sustentavel-da-pesca-no-estado-do-rio-grande-do-sul-e-cria-o-fundo-estadual-da-pesca>. Acesso em: 10 set. 2019.

⁴⁹ CARVALHO, Alba Maria. A precarização estrutural do trabalho na civilização do capital em crise: o precariado como enigma contemporâneo. **Revista Políticas Públicas**, São Luís, Número Especial, p. 229, jul. 2014.

⁵⁰ Atualmente atuam na cidade de Pelotas 39 feirantes, que vendem peixe e seus derivados.

empacota. Questionada sobre a divisão de tarefas quando estava no barco ou no contexto da casa, analisa que continua com os mesmos afazeres, uma vez que se ocupa sozinha da preparação da comida, além da limpeza da roupa e da casa. Afirma que, após participar de reuniões ou de atividades representativas, ao retornar para casa: “Eu volto e fica tudo ali para mim fazer. Tem gente que se pergunta como eu dou conta. Às vezes eu fico pensando que nem eu sei como eu dou conta”.

Adriana já acionou algumas vezes o Pronaf, especialmente para comprar equipamentos para a feira do pescador. Eles adquiriram *freezers*, caixas térmicas, balanças. Relata que a verba é obtida através do aval cruzado, ou seja, formam um grupo de três pessoas, sendo corresponsáveis pelo contrato. Se um não paga, os demais precisam honrar o compromisso. Tal situação aconteceu com ela, em uma ocasião, quando os dois outros pescadores faleceram e ela teve que arcar com todo o recurso, já que os dois não haviam contratado seguro de vida.

Conclusões

15

Este artigo, ao refletir sobre os pescadores e as pescadoras, apresenta uma das possibilidades de se pensar nas transformações do mundo dos trabalhadores, tendo em vista vários fatores, dentre eles, o desenvolvimento tecnológico e as mudanças climáticas.

Neste estudo, em específico, a pesca foi analisada tanto como um ofício quanto como uma profissão, ou seja, a prática possui, na maior parte das vezes, uma referência identitária e requer formação e técnicas definidas.

Para além da extinção ou transformação do ofício/profissão, um ponto é presente em todas as falas, ou seja, a precariedade com que as relações têm se estabelecido na comunidade. Não se sabe se a safra será proveitosa, se o recebimento do seguro-defeso será feito em dia, se algumas poucas políticas públicas voltadas aos pescadores continuarão existindo, se haverá recursos para o pagamento das necessidades diárias. O futuro, portanto, aparece como bastante incerto para os narradores.

De toda forma, nas narrativas se vislumbra a necessidade da resistência, uma vez que buscam a cada dia uma maior organização, seja através do sindicato, do grupo de artesanato ou da feira de pescados, para citar alguns exemplos.

No que diz respeito às entrevistas, os homens centraram suas falas mais no processo da captura do pescado, desde o seu início até o processamento. Em suas entrevistas, apresentam pontos divergentes: José Luís, por exemplo, não vislumbra a extinção das atividades. Como se relaciona com uma comunidade mais urbana,

percebe um número considerável de pessoas ainda praticando a pesca, algumas vezes de forma esporádica. Nilmar, ao contrário, vê uma diminuição nos postos do trabalho e usa, para isso, dados sobre o número de sindicalizados. Concordam, no entanto, sobre outros pontos como a existência de poucas mulheres embarcadas na comunidade, relatando as dificuldades que elas possuem em ir para uma atividade considerada ainda bastante perigosa, tendo em vista as constantes modificações, sobretudo, no tempo. De todo modo, as pescadoras embarcadas existem na comunidade sendo invisibilizadas, uma vez que compartilham as atividades da pesca com várias outras, como as realizadas em casa, o que as impede de estar frequentemente nos trapiches e/ou nos galpões.

Sobre a fala das mulheres, tem-se que as três pescadoras iniciaram as atividades a partir da prática de seus maridos, que estavam inseridos na atividade há mais tempo, na maior parte das vezes em um contexto da economia familiar.

Questionadas no que se refere à extinção do ofício, elas não verificam uma considerável diminuição no número de pescadores, mas percebem dificuldades em continuar com a atividade, tendo em vista as condições desfavoráveis que existem para isso.

Céres atuou desde o início e continua pescando. Flávia não tem ido muito à laguna e ao mar com o nascimento dos filhos, mas está bastante envolvida com a pesca, através da reciclagem dos seus produtos. Já Adriana parece conhecer melhor a realidade conjuntural da atividade, uma vez que é uma liderança representativa, especialmente dos pescadores e pescadoras que atuam em feiras.

Na narrativa de Céres e Flávia, chama atenção o fato de que elas revelam ter mais parceria dentro de suas casas, tanto para o preparo dos alimentos quanto para o cuidado das roupas e a atenção com os filhos. Adriana, por sua vez, afirma a continuidade de uma relação baseada em uma dupla jornada, que se vincula apenas ao seu esforço como mulher. Apesar de se queixar, o discurso acaba internalizado por ela, ao revelar que, depois do trabalho, ao retornar, está lá o “seu” serviço de casa para fazer.

Todas elas parecem bastante comprometidas com redes de solidariedade que possuem, em sua maioria, com outras mulheres. Céres atua junto a comunidades que se preocupam com a causa animal. Flávia participa de grupos que coletam sobras de peixe e de equipamentos utilizados, como a rede, visando a uma transformação desse material em artesanato. Adriana é presidente do grupo de feirantes e coordena o trabalho de 39 pessoas que ocupam diferentes avenidas e bairros da cidade.

Representam, dessa forma, um pouco do universo das mulheres pescadoras em Pelotas que precisam buscar reconhecimento, além de novas formas de trabalho

e renda, em um contexto de precarização, para manter suas famílias e a comunidade de uma maneira mais adequada e solidária.

Recebido em 28/08/2019

Aprovado em 16/10/2019